

As representações discursivas de vítima na construção dos sentidos em textos de inquéritos policiais

Discursive representations of victims in the construction of meaning in police investigation reports

Maria de Fátima Silva dos Santos *

santosfatima382@gmail.com

Secretaria Municipal de Educação de Santa Cruz-RN

João Gomes da Silva Neto **

joão.gsnt@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

RESUMO: Neste artigo, apresentamos a análise das representações discursivas de vítima em textos de inquéritos policiais. O estudo insere-se no âmbito teórico geral da Linguística de Texto, mais especificamente, na Análise Textual dos Discursos, proposta por Jean-Michel Adam. Seguindo princípios da pesquisa documental, de base qualitativa, exploramos um *corpus* constituído por inquéritos policiais originados a partir de denúncias registradas em boletins de ocorrência. O *corpus* foi coletado em uma Delegacia Especializada de Amparo à Mulher, em Natal, Rio Grande do Norte. Nossa hipótese é que as escolhas linguísticas utilizadas para construir uma determinada representação, no caso, a representação discursiva de vítima, são feitas em função de um determinado propósito argumentativo, de acordo com as intenções do enunciador – defender(-se) e/ou acusar, incriminar. Nos procedimentos de análise utilizamos as seguintes categorias teóricas: a referenciação, a predicação, a modificação e a conexão.

PALAVRAS-CHAVE: Análise Textual dos Discursos. Categorias teóricas. Orientação argumentativa. Representações discursivas. Vítima.

ABSTRACT: In this article, we present the analysis of discursive representations of victims in police investigation reports. This study pertains to the line of theory within Textual Linguistics that specifically utilizes the Textual Discourse Analysis proposed by Jean-Michel Adam. Following the principles of qualitative, biographical research, we explore a *corpus* comprised of complaints registered in criminal investigation reports generated by the police. The *corpus* was collected at a Women's Police Station (WPS) in Natal, Rio Grande do Norte. Our hypothesis is that the linguistic choices used to construct a representation -- in this case, the discursive representations of victims -- are made according to the argumentative purpose, which is related to the enunciators' intentions -- whether to defend themselves, to accuse or incriminate someone. Analytical procedures include the use of the following theoretical categories: referencing, predication, modification, and connection.

KEYWORDS: Textual Discourse Analysis. Theoretical Categories. Argumentative Orientation. Discursive Representation. Victims.

* Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte

** Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Introdução

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa sobre as representações discursivas de vítima em textos de inquéritos policiais. A representação discursiva é responsável pela união, descrição e caracterização de elementos imprescindíveis no constructo textual, ou seja, o locutor/enunciador, o interlocutor/ouvinte-leitor e os temas tratados, num contexto concreto de uso da linguagem (cf. Adam, 2011a). Assim, a partir da escrita ou leitura de um texto, é possível construir ou reconstruir uma representação discursiva que pode vir a ser confirmada ou não, conforme os conhecimentos armazenados e ativados durante o processo de produção e interpretação textual. Nessa perspectiva, conforme Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010), a representação discursiva pode ser compreendida, também, como as “imagens” que o texto constrói – com maior ou menor explicitação – do seu enunciador, do seu ouvinte ou leitor e dos temas tratados.

Seguindo princípios da pesquisa documental, de base qualitativa, exploramos um *corpus* constituído por um conjunto de textos de inquéritos policiais, relacionados a crimes de violência doméstica praticados contra a mulher. Esses documentos foram coletados em uma Delegacia Especializada de Amparo à Mulher (DEAM), em Natal, Rio Grande do Norte. Nessas delegacias, quando uma mulher comparece para efetuar uma denúncia, o primeiro procedimento a ser feito é o registro da ocorrência. O documento resultante, denominado de boletim de ocorrência, constitui-se de um texto que tem a função de registrar, de forma detalhada, o histórico da ocorrência, a caracterização dos sujeitos envolvidos [vítima e agressor] e as circunstâncias em que ocorreram os fatos relatados. A partir da denúncia registrada será, eventualmente, instaurado um inquérito policial.

Segundo Barbosa (2011, p. 29), o “[i]nquérito policial é um procedimento de persecução penal com a finalidade da produção de um conjunto probatório para oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, a partir da materialidade do crime e dos indícios de sua autoria”. Por sua vez, Tucci (1980) define o inquérito policial como um procedimento de investigação administrativo, mediante a atuação da polícia judiciária, com a finalidade de apurar a materialidade da infração penal, cometida ou tentada, bem como a respectiva autoria ou coautoria, para servir ao titular da ação penal condenatória.

Dessa forma, o inquérito, quanto à forma, é um procedimento de natureza administrativa; quanto à finalidade, é judiciário, por meio do qual se concretiza a

investigação acerca da materialidade e autoria de um fato supostamente criminoso. Alguns autores, a exemplo de Tourinho Filho (2004) e Moraes (2014), defendem que o inquérito deve ser visto apenas como um procedimento inquisitório e não como processo, posto não existir a contraditoriedade na sequência dos atos. Assim, o inquérito policial passa a ser visto como um procedimento formal, que apresenta uma estrutura organizacional cristalizada: início (portaria ou auto de flagrante da autoridade policial, requisição do Juiz ou do Ministério Público, ou requerimento do ofendido ou de seu representante), desenvolvimento (demais diligências que se fizerem necessárias), encerrando-se com um relatório final.

Em sua estrutura, este artigo encontra-se assim organizado: inicialmente, apresentamos nosso referencial teórico, com uma breve revisão dos campos da linguística de texto e da análise textual dos discursos, seguida de uma retomada do conceito de representação discursiva e de suas categorias semânticas, a saber, a referenciação, a modificação, a predicação e a conexão. Dando prosseguimento, apresentamos resultados da análise das representações discursivas de vítima em uma amostragem de textos de inquérito policial.

1 A linguística de texto e a análise textual dos discursos

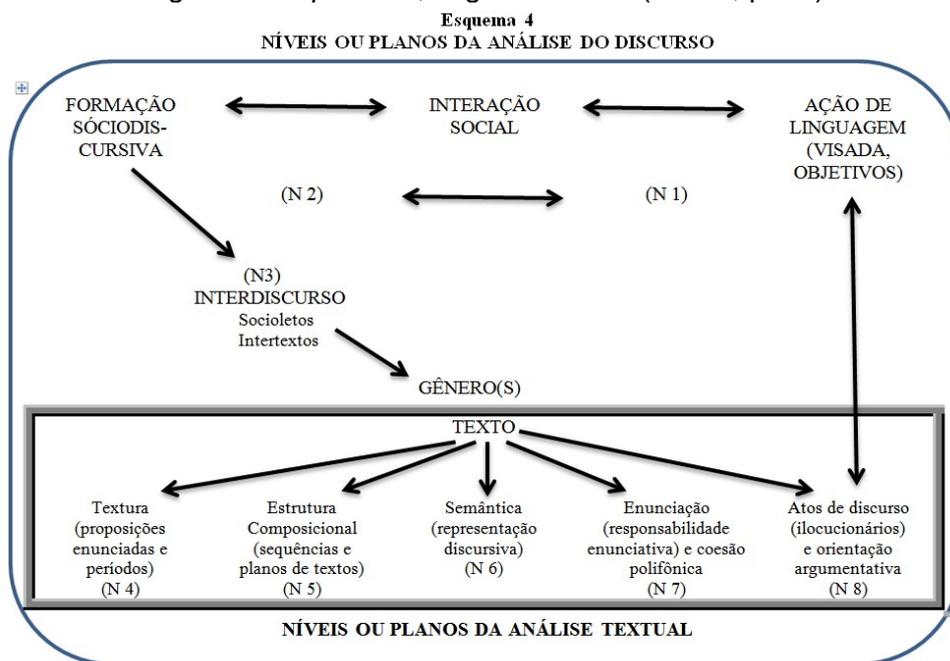
De acordo com o que nos informa Adam (2011a), a linguística textual trata-se de uma teoria de produção co(n)textual de sentido, que deve basear-se na análise de textos concretos. Ao mesmo tempo em que postula uma separação e uma complementaridade dos objetos da linguística do texto e da análise de discurso, esse teórico situa a linguística textual como um subdomínio do campo mais vasto da análise das práticas discursivas. Nessa perspectiva, a unidade texto constitui-se o objeto da linguística textual, e os enunciados produzidos em situações de interação nos lugares sociais, nas línguas e nos gêneros constituem-se, por sua vez, o objeto da análise de discurso.

Desse modo, a linguística textual, no domínio da análise de discurso, tem um papel bem delimitado, conforme Adam (2011a, p. 63): “[...] teorizar e descrever os encadeamentos de enunciados elementares no âmbito da unidade de grande complexidade que constitui um texto”. Com isso, o autor dá a entender que, ao “[...] teorizar e descrever os encadeamentos de enunciados elementares [...], a linguística do texto define categorias de análise que pretendem dar conta dessa grande

complexidade que constitui um texto [...]”. Em sua proposta, o autor pensa essas categorias distribuídas em níveis ou planos de análise do discurso, conforme nos mostra o seu *Esquema 4*, logo adiante.

Conforme se pode observar, primeiramente, nesse esquema, a dimensão analítica do texto insere-se na dimensão, mais ampla e englobante, do discurso. Na abordagem analítica proposta, a conjunção conceitual dessas duas dimensões é assinalada por conjunto integrado e hierarquizado de oito campos categoriais de níveis ou planos de análise, que se sucedem num percurso analítico assinalado por setas, que vai de N1 a N8. Nessa concepção analítica, a ação de linguagem (N1) realiza-se com base nas intenções, nas finalidades e no propósito comunicativo do sujeito, em um dado contexto de interação social (N2). Na continuidade, a formação sociodiscursiva (N3) determina o que é dito a partir de um determinado lugar social ocupado pelo sujeito. Nesse ponto inscrevem-se os gêneros de discurso, que se materializam em textos e podem ser observáveis na perspectiva do interdiscurso. O texto, por sua vez, concebido como um constructo e um processo de elementos de natureza distinta¹, é pensado em função da textura (proposições, períodos) (N4) e da estrutura composicional (sequências narrativas, descritivas, argumentativas, dialogal) (N5), estendendo-se o raciocínio analítico às dimensões semântica (N6) e enunciativa (N7) e à orientação argumentativa (N8).

Figura 1: *Esquema 4*, segundo Adam (2011a, p. 61)



¹ Linguístico e não linguístico (histórico, social, cognitivo).

Em suas reflexões sobre esse esquema, Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010) ampliam a compreensão desse esquema, ao pensarem a distribuição dos níveis ou planos de análise do discurso da seguinte forma, em função dos campos categoriais predominantes ali situados:

- Um nível sequencial-composicional em que os enunciados elementares (a *proposição-enunciado* ou *proposição enunciada*) se organizam em *períodos*, que compõem as sequências. Estas, por sua vez, agrupam-se conforme um *plano de texto*. Esse nível focaliza a estruturação linear do texto, no qual as *sequências* desempenham um papel fundamental.
- Um nível enunciativo, baseado na noção de *responsabilidade enunciativa*, que corresponde às ‘vozes’ do texto, à sua polifonia;
- Um nível semântico, apoiado na noção de representação discursiva e em noções conexas (anáforas, correferências, isotopias, colocações), que remetem ao conteúdo referencial do texto;
- Um nível argumentativo, embasado nos atos de discurso realizados e na sua contribuição para a orientação argumentativa do texto. (RODRIGUES, PASSEGGI, SILVA NETO, 2010, p. 152).

Pelo exposto, para esses autores, o nível sequencial-composicional está diretamente relacionado com a estruturação linear do texto. Já os níveis enunciativo, semântico e argumentativo tanto podem ser expressos linearmente, como também podem corresponder a uma estruturação não linear do texto. Ou seja, os níveis semânticos, enunciativos e argumentativos apresentam características diversas que vão além da linearidade de um texto.

2 A noção de representação discursiva

Para Adam (2011a, p. 113), “[t]oda proposição enunciada possui um valor descritivo. A atividade discursiva de referência constrói, semanticamente, uma representação, um objeto de discurso comunicável”. Em outras palavras, uma representação semântica do discurso constrói-se, minimamente, a partir de “[...] um tema ou objeto de discurso posto e o desenvolvimento de uma predicação a seu respeito. A forma mais simples é a estrutura que associa um sintagma nominal a um sintagma verbal”. Semanticamente, uma proposição pode, também, reduzir-se a um nome e a um adjetivo.

A esse respeito, Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010, p. 173), em consonância com Adam (2011a), observam que “[...] toda proposição, na condição

de ‘microuniverso semântico’, constitui uma representação discursiva mínima”. Nessa perspectiva, segundo esses autores, “A dimensão referencial da proposição apresenta uma certa ‘imagem’ do(s) referente(s) discursivo(s), posto que cada expressão utilizada categoriza ou *perspectiva* o referente de uma certa maneira”. Assim, nessa perspectiva, a linguagem faz referência e o texto passa a ser concebido como uma proposição de mundo que solicita do sujeito interpretante uma atividade semelhante, mas não simétrica, de (re)construção dessa proposição de (pequeno) mundo, ou representação discursiva.

Por outro lado, na teoria linguística da enunciação, o texto é, ao mesmo tempo, uma proposição de mundo e de sentido, um sistema de determinações e um espaço de reflexividade metalinguística (cf. Adam, 2011a). Desse modo, “[t]odo texto constrói, com maior ou menor explicitação, uma representação discursiva do seu enunciador, do seu ouvinte ou leitor e dos temas ou assuntos que são tratados” (RODRIGUES, PASSEGGI, SILVA NETO, 2010, p. 173). Assim, nessa perspectiva, pode-se afirmar que o sujeito falante sabe que a língua nem sempre pode dizer tudo, e que, em certas situações, a comunicação pode ser falha, mas ele sabe, também, que isso não é suficiente para impedir a referência ao mundo, às palavras, à própria situação de enunciação e aos coenunciadores.

Adam (2011b) aproxima a noção de representação discursiva daquilo que Grize (1996) designa como imagem do locutor no modelo que ele propõe de esquematização: “O conceito-chave da lógica natural [...] é o de esquematização, portanto, de representação discursiva”. Adam (2011b, p. 96) considera que a representação discursiva pode ser abordada a partir da noção de esquematização proposta por Grize (1996) e, para isso, aponta quatro motivos. Primeiro, porque qualquer atividade discursiva origina uma esquematização que remete tanto a um processo (enunciação) quanto a um resultado (enunciado). Segundo, porque esquematizar significa construir uma representação discursiva parcial e seletiva de uma realidade, de modo que qualquer discurso constrói uma espécie de microuniverso semântico, que envolve sempre uma dimensão descritiva. Terceiro, porque a coerência do microuniverso construído pela atividade de esquematização discursiva encontra-se marcada por dois fatores: a finalidade do esquematizador e as expectativas que o esquematizador prepara para o seu auditório. Quarto, porque “[...] toda esquematização é uma proposição de imagens.”. Desse modo, entende-se

que é preciso distinguir o sujeito no mundo e a imagem esquematizada desse sujeito no discurso.

Por “sujeito no mundo”, Adam (2011b) entende a pessoa do orador com sua função (lugar) e o(s) papel(eis) que assume, com seus fins próprios, seus pré-construídos culturais e representações da situação de enunciação, do objeto do seu discurso, do auditório e as representações psicossociais de si mesmo. De fato, para interagir com o outro, o locutor constrói uma representação da situação da qual participa, ou seja, constrói uma imagem não apenas do seu interlocutor e do tema ou objeto de seu discurso, mas também uma imagem de si mesmo enquanto interveniente no processo comunicativo.

3 As categorias teóricas de construção das representações discursivas

3.1 A referenciação

Conforme nos informam Koch e Elias, (2009), a referenciação é concebida como o resultado de um processamento estratégico dinâmico e, sobretudo, intersubjetivo, que se estabelece no quadro das interações entre sujeitos sociais atuantes, capaz de se transformar no curso dos desenvolvimentos discursivos, de acordos e desacordos. Essa perspectiva é assinalada pela substituição do termo *referência* por *referenciação*, visto que passam a ser objetos de análise as atividades de linguagem realizadas por sujeitos históricos e sociais em interação, sujeitos que constroem mundos textuais cujos objetos não espelham fielmente o mundo real, mas são interativa e discursivamente construídos em meio às práticas sociais, ou seja, são *objetos-de-discursos*.

Por sua vez, ao tratar da referenciação, Cavalcante (2011) apresenta duas maneiras de abordar os objetos de discurso dentro de um texto. A primeira maneira prioriza a manifestação das expressões referenciais no cotexto para descrever diferentes processos de introdução, de anáfora e de *déixis*. A segunda prioriza uma construção sociocognitiva e discursiva do objeto de discurso, em detrimento do critério primário da explicitação das expressões referenciais. De acordo com a primeira abordagem, existem duas possibilidades de introdução do referente: na primeira possibilidade, as entidades (objetos de discurso) são introduzidas no texto pela primeira vez por meio da ocorrência de introdução referencial; na segunda, os

referentes já mencionados no texto são evocados por pistas explícitas no contexto, isto é, de anáforas. No primeiro caso, as expressões referenciais têm a função de introduzir, formalmente, um novo referente no universo discursivo. Já no segundo, têm a função de promover a continuidade de referentes já estabelecidos no universo discursivo. Observe-se o exemplo a seguir, extraído de nosso *corpus*:

“**A vítima** 1 compareceu a esta Unidade Policial para informar que [1] manteve um relacionamento com **o autor** 2 durante oito anos, não tendo filhos com **o mesmo** 2. Todavia, [1] relatou que acerca de três meses [1] rompeu sua relação, em virtude não ter sentimentos por **este** 2, alegando ainda não suportar mais o fato de ter que se relacionar com **ele** 2 na prisão, onde [2] cumpria pena por tráfico de drogas”.

Nesse fragmento, composto por dois períodos, os referentes – “A vítima” e “o autor” – são introduzidos formalmente no texto, pela primeira vez, na forma de sintagma nominal (SN) que tem um artigo definido por determinante. O referente “A vítima” é retomado pelo pronome elíptico *ela* [1]. Por sua vez, o referente “o autor” é evocado pelas expressões anafóricas “o mesmo”, “este”, “ele” e pelo pronome elíptico *e/e* [2].

3.2 A modificação

Essa categoria semântica refere-se às qualidades ou propriedades atribuídas tanto aos referentes (objetos de discurso) como também aos verbos em enunciados ou estruturas de predicções. Queiroz (2013, p. 67) define a modificação como “[...] a categoria que apresenta as propriedades ou qualidades tanto dos referentes como das predicções, por isso, ela pode ser subdividida em modificação da referência e modificação da predicção”. Vejam-se os exemplos (1), (2), (3) e (4), também de nosso *corpus*, a seguir:

- (1) “a vítima e o filho **chegaram nervosos e chorando**”
- (2) “Que a vítima [...] **foi agredida** verbalmente por esta, pelo sogro e a sogra”
- (3) “Que a depoente também soube por meio da vítima de que esta, **desorientada** com a situação”
- (4) “Que a vítima [...] **ficou com medo** de que algo lhe acontecesse”

Conforme vimos nos exemplos apresentados, a modificação está relacionada tanto ao sujeito, por meio de adjetivos ou expressões adjetivas (3), quanto às ações verbais dos predicados, por meio das circunstâncias adverbiais (1), (2) e (4).

3.3 A predicação

Essa categoria teórica não se encontra em Adam (2011a), mas será utilizada neste trabalho como uma categoria de análise, tendo em vista que a predicação (verbal) é uma operação que remete, segundo Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010, p. 175), “[...] tanto à operação de seleção dos predicados, no sentido amplo (ações, estados, mudanças de estado etc.), como ao estabelecimento da relação predicativa no enunciado”. Veja-se o exemplo seguinte, também de nosso *corpus*, a seguir:

A vítima **relata** que foi **agredida** pelos sogros e a cunhada, que **residem** praticamente no mesmo imóvel, que todos os autores do fato lhe **agrediram** todos juntos. A vítima **informa** que foi **agredida** e **ameaçada** de morte pelo cunhado. **Informa** também que o mesmo **a chamou de** rapariga e de cachorra e que **iria** lhe quebrar a cara.

Com relação ao papel que os verbos desempenham em um enunciado, Neves (2006) afirma que além de assumirem uma posição central numa estrutura predicativa, são responsáveis pelo acionamento de uma estrutura argumentativa, podendo indicar as seguintes funções: ação (função de sujeito agente), processo (sujeito afetado ou experimentador), ação-processo (sujeito agente/causativo e sujeito afetado/efetuado) e estado (sujeito neutro ou inativo).

3.4 A conexão

A operação de conexão se apresenta no discurso como aquela que configura na linearidade do texto os enunciados, estabelecendo entre eles uma relação de sentido. Adam (2011a) distingue três tipos de marcadores de conexão: “os conectores argumentativos”, “os organizadores e marcadores textuais” e “os marcadores de responsabilidade enunciativa”. Esses marcadores exercem a função de ligação semântica entre palavras, proposições, conjuntos de proposições e porções de texto, estabelecendo, assim, uma conexão entre duas unidades semânticas.

Para Adam (2011a), os organizadores textuais exercem papel decisivo no balizamento dos planos de texto. Podem ser de dois tipos, os que ordenam as partes da representação discursiva nos eixos do tempo e do espaço, e os que

estruturam a progressão do texto e a indicação de suas diferentes partes. Para o autor, a combinação dos organizadores textuais e temporais tem o objetivo de auxiliar o leitor a construir um todo coerente. Veja-se exemplo dessa ocorrência, logo adiante.

A vítima compareceu nesta Especializada para registrar que na data acima citada encontrava-se em casa **quando** falou para seu companheiro que iria dormir (deitar-se), **pois** estava cansada. Que ele **então disse** que queria ter relação sexual: Que a vítima não aceitou e em razão disso ele iniciou uma discussão passando a agredi-la, torcendo seu braço, apertando-o, puxando seus cabelos, **em seguida** jogou-a no chão e tentou enforcá-la.

Nessa mesma direção, Koch (2011, p. 33), por sua vez, destaca que “os operadores argumentativos² são responsáveis pelo encadeamento dos enunciados, estruturando-os em textos e determinando a sua orientação argumentativa”. Nessa abordagem, considera-se que “[...] o uso da linguagem é inerentemente argumentativo” (KOCH, 2011, p. 101), ou seja, a argumentatividade está inscrita na própria língua, o que leva a um reconhecimento do valor argumentativo da gramática.

4 As representações discursivas de vítima

Nesta seção, apresentamos a análise das representações discursivas de vítima realizadas em textos de um dos documentos que compõem um inquérito policial: o Boletim de ocorrência. A indicação das ocorrências no texto será feita pela indicação da categoria teórica (referenciação, predicação, modificação e conexão), pela referência ao número do inquérito (IP01, IP02, IP03...) e ao número do enunciado (En1, En2, En3...).

Para a análise das representações discursivas de vítima foram selecionados os enunciados com as expressões lexicais que referenciam a mulher na condição de vítima. Nessa atividade, foram destacados os modificadores (adjetivos e expressões equivalentes) que atribuem qualidades ou características ao referente “vítima”. O referente foi identificado por meio de sintagmas nominais que assumem ora a função

² “O termo operadores argumentativos foi cunhado por O. Ducrot, criador da Semântica Argumentativa (ou Semântica da Enunciação), para designar certos elementos da gramática de uma língua que têm por função indicar (‘mostrar’) a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para o qual apontam” (KOCH, 2010, p. 30).

de sujeito da proposição-enunciada, ora a função de complemento verbal. Observem-se os exemplos seguintes.

4.1 A referência

- a) “A pessoa acima qualificada”, “sua pessoa”, “ela”, “a vítima”, “a queixosa”

IP07	Exemplos	A referência
En1	“ A pessoa acima qualificada compareceu a esta DEAM para noticiar os seguintes fatos: Que por cerca de 08 (oito) anos manteve uma relação estável com o Sr. Paulo Ricardo dos Santos ³ , que durante este período se mostrou uma pessoa muito agressiva e por motivo de ciúmes dava início a discussões, agredindo sua pessoa com empurrões, além de apertar seus braços, fatos estes que se deram por várias vezes”;	“A pessoa acima qualificada” “sua pessoa”
En6	“Que dia 25/08/2012, encontrava-se na praia de Areia Preta, quando foi abordada pelo autor, que primeiro a agrediu com tapa, atingindo sua mão para que não ligasse para a polícia e, em seguida, passou a beijá-la à força e ainda passou a mão nas suas partes íntimas”;	“beijá-la”
En11	“Que na data de 19/04/2012 foi deferida MPU em favor da vítima , na qual o autor ficou proibido de manter qualquer tipo de contato com a queixosa ”.	“a vítima” “a queixosa”

Observamos, neste movimento de introdução e retomada do referente, que as formas nominais (“A pessoa acima qualificada”, “da vítima”, “a queixosa”), os pronomes oblíquos e a elipse pronominal ([ela]) vão orientando argumentativamente o leitor para a construção da imagem de “vítima”. Desse modo, o emprego de expressões nominais na retomada do referente discursivo opera a “transformação” desse objeto de discurso, de modo que, ao longo do texto, vai sendo (re)construído de determinada maneira, atendendo aos propósitos comunicativos do enunciador: construir, em seu discurso de acusação, a imagem da mulher vítima de agressões e violências.

³ Por se tratar de documentos sigilosos e, sobretudo, por questões éticas, foram apagadas quaisquer informações sobre os envolvidos nos inquéritos em análise. Esse apagamento foi feito pela substituição dos nomes verdadeiros dos sujeitos (vítima, agressor) por nomes fictícios e pela sequência “xxx” para substituir outros dados (data de nascimento, números de documentos, endereços, telefone) que possam identificá-los.

4.2 A predicação

Nos enunciados a seguir, observamos que em seu papel temático o referente “vítima” é designado como paciente das ações descritas nos eventos expressos pelos verbos:

IP01	Exemplos	Predicação
En1	“A vítima relata que foi agredida pelo sogro de nome Arnaldo, sogra de nome Tereza e a cunhada de nome Paula, que residem praticamente no mesmo imóvel, que todos os autores do fato lhe agrediram todos juntos”.	“foi agredida” “agrediram”
En2	“A vítima informa que foi agredida e ameaçada de morte pelo seu cunhado, sem que houvesse motivo ”.	“foi agredida e ameaçada”

Como podemos observar, nos enunciados (En1) e (En2), a imagem do referente “vítima” foi construída a partir das estruturas predicativas “foi agredida” e “foi agredida e ameaçada de morte”. O uso dessas predicções no texto do histórico funciona estrategicamente para construir a imagem de vítima: “agredida”, “agredida e ameaçada”. Observe-se que essa imagem é ampliada pela estrutura “todos os autores do fato **lhe agrediram** todos juntos”, em que a ocorrência do pronome “todos” antes do SN “os autores do fato” dá a ideia de totalidade e após o SV “agrediram”, a ideia de simultaneidade temporal.

IP01	Exemplos	Predicação
En2	“A vítima informa que foi agredida e ameaçada de morte pelo seu cunhado, sem que houvesse motivo ”.	“sem que houvesse motivo”
En3	“Informa também que o mesmo a chamou de rapariga e de cachorra e que iria lhe quebrar a cara. Nada mais disse”.	“iria lhe quebrar”

É interessante observar que a partícula “sem” antes da construção verbal “houvesse motivo” funciona no sentido de uma negação, a vítima foi agredida pelo cunhado “sem que houvesse motivo”. Aqui, parece que o enunciador, em seu discurso, apresenta uma visão “instrumental” da violência, em que a prática desta se constitui como um meio punitivo de comportamentos tidos como desviantes e ou rebeldes.

Muitas das vezes, em uma relação conjugal, a mulher encontra-se subordinada aos ditames e desejos do marido/companheiro. Isso significa que as

ações da mulher se revelam à sombra das decisões do companheiro, pois geralmente, quando age de forma autônoma sofre a reação do marido, quando este se sente desafiado ou ameaçado em sua autoridade e domínio. É o que se observa nos enunciados (En1, En2), a seguir, em que a mulher, por se recusar a satisfazer o desejo sexual de seu companheiro passa a sofrer violência física.

IP02	Exemplos	Predicação
En1	“A vítima compareceu nesta Especializada para registrar que na data acima citada encontrava-se em casa quando falou para seu companheiro que iria dormir (deitar-se), pois estava cansada”.	“falou” “iria dormir”
En2	“Que ele então disse que queria ter relação sexual : Que a vítima não aceitou e em razão disso ele iniciou uma discussão passando a agredi-la, torcendo seu braço, apertando-o, puxando seus cabelos, em seguida jogou-a no chão e tentou enforcá-la”.	“queria ter” “não aceitou” “iniciou uma discussão”

Como se observa, o uso dos verbos no pretérito imperfeito do modo indicativo “encontrava-se”, pretérito perfeito “falou”, futuro do pretérito “iria” e pretérito imperfeito “estava” é um recurso gramatical utilizado pelo produtor do texto para expor os fatos que deram origem ao conflito. A representação do conflito é esquematizada no enunciado (En2) quando o agressor manifesta o desejo de “ter relações sexuais” com a vítima. Esta, alegando sentir-se cansada, recusa satisfazer-lhe o desejo sexual, ocasionando, assim, o início de uma discussão. A proposição citada estabelece uma relação de Causa e Consequência: “Que a vítima não aceitou e **em razão disso** ele iniciou uma discussão passando a agredi-la”. A forma verbal no pretérito perfeito “iniciou” e a forma no gerúndio “passando” é utilizada pelo produtor do texto para marcar o início e o percurso do conflito, com o acréscimo de outras ações atentadas contra a vítima “torcendo seu braço, apertando-o, puxando seus cabelos, em seguida jogou-a no chão e tentou enforcá-la”. Assim, o enunciador se configura como paciente dos processos verbais expressos nas formas de gerúndio “torcendo”, “apertando-o”, “puxando” e do pretérito perfeito “jogou-a”, “tentou enforcá-la”, representando-se a si mesmo na condição de vítima, agredida pelo próprio companheiro.

4.3 Os modificadores

a) “não valia nada”, “ofendida moralmente”

IP07	Exemplos	A modificação
En2	“Que também era costumeiro ser tratada pelo autor de maneira insignificante, com desdém, afirmando que sua pessoa não valia nada ”;	“não valia nada”
En5	“no dia 07 de março ele foi ao seu encontro e só não a agrediu porque sua irmã (vítima) não permitiu, mas foi ameaçada e ofendida moralmente, tendo ele tratado-a de cachorra e vadia ”.	“ofendida moralmente” “cachorra e vadia”

Nos enunciados (En2 e En5), o enunciador anuncia no seu discurso a voz do agressor, ao apresentar o ponto de vista deste em relação à pessoa da vítima, quando declara o que ele [agressor] afirma sobre ela [vítima] “não valia nada”, designando-a de “cachorra e vadia”. Estes termos incidem sobre o referente “vítima” um sentido depreciativo, desrespeitoso, pois ressaltam aspectos negativos desse referente, colaborando para a construção de uma imagem negativa dessa figura. Essa imagem é construída intencionalmente pelo enunciador para reforçar o sentido de “vítima” que, de acordo com o contexto, não deve ser construído a partir de fatores sociais, pessoais ou morais, mas das situações ou fatores externos à sua vontade, que podem torná-la uma vítima. Neste caso, vítima de calúnias, “ofendida moralmente”.

Observem-se os modificadores das predicções verbais nos exemplos, a seguir.

IP02	Exemplos	Circunstâncias que expressam
En1	“A vítima compareceu nesta Especializada para registrar que na data acima citada encontrava-se em casa quando falou para seu companheiro que iria dormir (deitar-se), pois estava cansada”.	Tempo
En2	“Que ele então disse que queria ter relação sexual: Que a vítima não aceitou e em razão disso ele iniciou uma discussão passando a agredi-la (...)”.	Negação
En3	“Acrescenta a comunicante que já sofreu outras agressões, mas que nunca registrou nenhum fato nesta Delegacia e em nenhuma outra”.	Negação

Conforme podemos observar, nos enunciados (En1-2), os termos “quando” e “não” modificam os verbos “falou” e “aceitou” indicando-lhes circunstâncias de tempo e de negação. Além disso, contribuem para representar a figura da mulher percebida como objeto sexual, associada à ideia de posse, de vontade e de desejo do seu companheiro.

No enunciado (En3), em que a vítima informa que “já sofreu outras agressões, mas que **nunca** registrou nenhuma denúncia nesta Delegacia e em **nenhuma** outra”, o uso dos advérbios “nunca” e “nenhuma” contribui para representar discursivamente a imagem da mulher vítima de agressões constantes, marcada por um cotidiano de agressões físicas, verbais e psicológicas (a chamada rotinização/banalização da violência). Nesse contexto, delineia-se um verdadeiro retrato do conflito vivido pela vítima: é o momento de expor a relação conjugal violenta, tanto tempo silenciada e expor o agressor, que não é um estranho, mas um homem de significado afetivo, com quem convive na mesma residência e teve filhos. Dessa forma, ao expor o seu companheiro, expõe-se a si mesma.

4.4 A conexão

A conexão liga os enunciados, articulando-os para formar um conjunto de proposições e compor o todo semântico na construção das representações discursivas. Observem-se os enunciados, a seguir.

IP02	Exemplos	Conectores
En1	“A vítima compareceu nesta Especializada para registrar que na data acima citada encontrava-se em casa quando falou para seu companheiro que iria dormir (deitar-se), pois estava cansada”.	“quando” “pois”
En2	“Que ele então disse que queria ter relação sexual: Que a vítima não aceitou e em razão disso ele iniciou uma discussão passando a agredi-la, torcendo seu braço, apertando-o, puxando seus cabelos, em seguida jogou-a no chão e tentou enforcá-la”.	“e” “em seguida” “e”
En3	“Acrescenta a comunicante que já sofreu outras agressões, mas que nunca registrou nenhum fato nesta Delegacia e em nenhuma outra”.	“mas”

Como se vê, nos exemplos apresentados, as partículas temporais “quando” (En1) e “em seguida” (En2) assinalam o início e a continuação das sequências de ações agressivas desencadeadas contra a vítima. Veja-se que a conjunção “pois” (En1) introduz uma explicação, ao passo que o conector “e” (En2) introduz uma

relação de causalidade “a vítima não aceitou **e** em razão disso ele iniciou uma discussão” e de adição “jogou-a no chão **e** tentou enforcá-la”. São conectores que, além de permitir a progressão do texto, sinalizam funções específicas, estabelecendo relações de explicação, causalidade, adição e adversidade. Com efeito, a escolha do conector adequado serve para expressar as diversas relações semânticas no texto.

Nos exemplos seguintes, observamos que a conexão tanto estabelece a relação de sentidos entre os enunciados, de modo a contribuir para a ordenação e a progressão do texto, como também colabora para a construção da representação discursiva de “vítima”.

IP07	Exemplos	A conexão
En1	“A pessoa acima qualificada compareceu a esta DEAM para noticiar os seguintes fatos : Que por cerca de 08 (oito) anos manteve uma relação estável com o Sr. Paulo Ricardo dos Santos, que durante este período se mostrou uma pessoa muito agressiva e por motivo de ciúmes dava início a discussões, agredindo sua pessoa com empurrões, além de apertar seus braços, fatos estes que se deram por várias vezes”;	“os seguintes” “e” “além de”
En3	“Que, em virtude dos fatos, viu seu relacionamento se consumindo até o ponto de deixar de gostar dele, dando fim à convivência, contudo , antes da separação, cerca de 1 (um) ano e 9 (nove) meses, manteve o relacionamento, enquanto ele estava preso, fazendo visitas periódicas a ele, porém quando o informou o seu interesse pelo fim do relacionamento, passou a ser ameaçada de morte por telefone”.	“até” “contudo” “porém”

No enunciado (En1), os conectores “os seguintes”, “e” e “além de” enumera os fatos narrados pela vítima, articulando a sua continuidade no texto do histórico da ocorrência. No enunciado (En3), o conector “até” assinala o argumento mais forte de uma “escala argumentativa⁴” que orienta para o fim do relacionamento entre a vítima e o agressor. Ilustramos a representação dessa escala argumentativa no quadro, a seguir.

⁴ De acordo com Koch e Elias (2016, p. 62, grifos das autoras), “[...] há argumentos de uma classe argumentativa que podem apresentar *uma gradação de força (crescente ou decrescente) no sentido de uma mesma conclusão*. Quando isso acontece, estamos diante de uma **escala argumentativa**.”.

Argumento (1)	Argumento (2)	Argumento mais forte (3)
“Que, em virtude dos fatos” (o termo “fatos” resume o que foi dito no enunciado En1)	“viu seu relacionamento se consumindo”.	“até o ponto de deixar de gostar dele, dando fim à convivência”.

Na continuidade do enunciado, outros conectores (“contudo”, “porém”) são utilizados para contrapor argumentos que orientam para conclusões contrárias: apesar de não gostar mais do acusado, ela [vítima] manteve o relacionamento enquanto ele esteve preso. Ao informar o desejo em por fim ao relacionamento, a vítima passa a sofrer ameaças de morte.

Observe-se que no enunciado (En6), os conectores “quando”, “primeiro”, “em seguida” e, “ainda” têm valor mais enumerativo que temporal, visto que são utilizados para enumerar a sequência de ações violentas praticadas contra a vítima.

IP07	Exemplos	A conexão
En6	“Que dia 25/08/2012, encontrava-se na praia de Areia Preta, quando foi abordada pelo autor, que primeiro a agrediu com tapa, atingindo sua mão para que não ligasse para a polícia e, em seguida , passou a beijá-la à força e ainda passou a mão nas suas partes íntimas”	“quando” “primeiro” “em seguida” “e ainda”

Conforme vimos, os conectores e marcadores textuais podem exercer diferentes funções no texto: marcar a ligação entre as unidades semânticas, indicar a força argumentativa dos enunciados e fazer com que o fluxo informacional progrida, levando adiante o discurso com a indicação de suas diferentes partes. Desse modo, orienta o leitor para a focalização das imagens que o enunciador deseja mostrar.

Conclusão

Os resultados apresentados confirmam a hipótese estabelecida pela pesquisa, de que as escolhas linguísticas adequadas (os recursos lexicais como expressões referenciais, modificadores, verbos, conectivos, expressões circunstanciais) são empregadas de modo estratégico e, em decorrência, estabelecem a orientação argumentativa do texto. Diante disso, fica evidenciado que as escolhas linguísticas não são aleatórias nem neutras, mas estão atreladas ao propósito da enunciação, aos interesses dos participantes no jogo interacional,

revelando a intencionalidade do escritor e orientando argumentativamente para a construção dos sentidos pretendidos. Desse modo, a partir do que é dito nos textos analisados, as representações de “vítima” podem ser consideradas, enunciativamente, como o efeito de estratégias argumentativas no sentido de promover ações discursivas próprias da formação sócio-discursiva jurídico-policial. Ali, em sua feição geral, consideradas suas especificidades genéricas, como é o caso dos documentos do inquérito policial, os textos tratam de questões práticas que pretendem, em última instância, promover a institucionalização de ações de acusação e de defesa. Nos limites de seu âmbito teórico e metodológico, o estudo das representações discursivas, apresentado aqui, pretende contribuir para uma melhor compreensão dessas ações.

Referências

ADAM, Jean-Michel. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. *Imagens de si e esquematização do orador: Pétain e De Gaulle em junho de 1940*. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011b, p. 93-118.

BARBOSA, Manoel Messias. *Inquérito policial: doutrina, prática, jurisprudência*. 8 ed. São Paulo: Método, 2011.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

GRIZE, Jean-Blaize. *Logique naturelle et communications*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *A inter-ação pela linguagem*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

KOCH, Ingedore G. Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2009.

MORAES, Alexandre. *Direito constitucional*. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

QUEIROZ, Maria Eliete. *Representações discursivas no discurso político: “Não me fiz sigla e legenda por acaso”*: o discurso de renúncia do senador Antônio Carlos Magalhães (30/05/2001). 2013. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, PPGEL, Natal, 2013.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; PASSEGGI, Luis; SILVA NETO, João Gomes. “Voltarei. O povo me absolverá...”: a construção de um discurso político de renúncia. In.: _____; _____; _____ (Orgs.). *Análises textuais e discursivas: metodologia e aplicações*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 150-195.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Processo penal*. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

TUCCI, Rogério Lauria. *Prescrição penal, prisão e liberdade*. São Paulo: Saraiva, 1980.